



Como o monitoramento dos dados dos Centros Especializados contribuí para prevenir o Femicídio no RJ?

NOTA TÉCNICA

Miriam Krenzinger (UFRJ)

Cristiane Brandão(UFRJ)

Giulia Luz (SEM)



1. Introdução

O feminicídio é a manifestação mais extrema da violência de gênero e representa uma grave violação dos direitos humanos, com impactos profundos na vida das mulheres, de suas famílias e comunidades. Entre os fatores de risco que antecedem esse crime, a violência física ocupa lugar central, muitas vezes sucedendo a episódios de violência psicológica, moral e patrimonial e funcionando como um alerta imediato para a possibilidade de letalidade.

Criado em novembro de 2024, o [Observatório do Feminicídio do Estado do Rio de Janeiro \(OFRJ\)](#) é fruto de uma colaboração estratégica entre a academia, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Sua instituição está em conformidade com a Lei Estadual nº 9.644/2022 e o Decreto Estadual nº 49.147/2024, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher.

A composição do Grupo de Trabalho conta com a participação ativa do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM), das Secretarias de Estado de Segurança Pública, de Saúde e de Educação, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O OFRJ atua no desenvolvimento de ferramentas para o monitoramento sistemático de dados provenientes de diferentes bases de informação, como aqueles produzidos pelos Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs e CIAMs). Seu objetivo é identificar padrões, recorrências e perfis de risco associados à violência física, possibilitando análises que orientem o acionamento de protocolos de prevenção, o fortalecimento da integração intersetorial e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Esta breve Nota Técnica marca o início de um processo em consolidação, voltado à implementação plena do Observatório do Feminicídio do Estado do Rio de Janeiro. Ao apresentar como o uso estratégico das informações pode potencializar a prevenção ao feminicídio, organiza-se em seis eixos de contribuição: violência física como marcador de risco iminente; identificação precoce e intervenção intersetorial; territorialização e enfrentamento das desigualdades; perfil das mulheres em risco; qualificação das equipes para lidar com a violência física; e melhoria contínua da informação para rastreamento e mitigação.



2. Violência física como marcador de risco iminente

A violência física foi relatada por [20,4% das mulheres atendidas](#), configurando-se como um dos principais tipos de agressão. Apesar de apresentar índices menores que a violência psicológica e moral, sua ocorrência está diretamente associada à progressão para o feminicídio. Frequentemente, é precedida por episódios repetidos de violência psicológica, moral e patrimonial, o que evidencia a importância de monitorar o histórico completo das violências, mesmo quando não há agressões físicas no momento do atendimento.

O monitoramento permite:

- Acionar protocolos de risco específicos, como o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR)
- Reforçar a adoção imediata de medidas protetivas urgentes, como abrigo, acompanhamento policial e resposta judicial célere

3. Identificação precoce e intervenção intersetorial



A maioria das mulheres atendidas chega por encaminhamentos institucionais (65,9%), indicando que muitos casos de violência física já são conhecidos por escolas, unidades de saúde ou delegacias. A integração de dados e a atuação coordenada com a rede intersetorial (Saúde, Justiça, Segurança Pública, Assistência Social) são fundamentais para romper ciclos de violência e proteger a vida.



Fortalecimento dos Centros

A função dos Centros como nós de articulação territorial, consolidando ações protetivas baseadas em evidências



Acolhimento Seguro

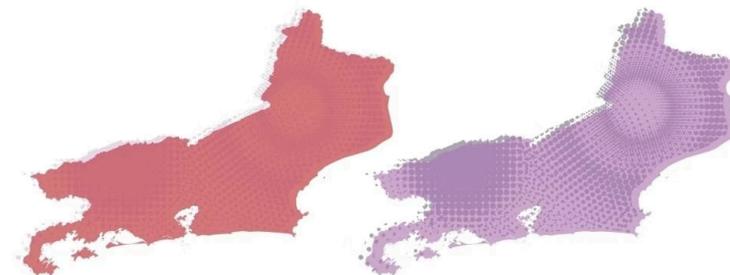
O acolhimento seguro e o apoio técnico para que a mulher rompa com o agressor sem risco pessoal, incluindo mapeamento de estratégias e rotas de proteção

4. Territorialização e desigualdades

O CEAM Queimados, na Baixada Fluminense, registrou o maior número de retornos (1.500), o que pode indicar maior recorrência ou gravidade dos casos. Regiões com histórico de feminicídios demandam atenção territorializada, e a concentração de violências físicas em determinados locais pode sinalizar fragilidades da rede de proteção.

O uso dos dados possibilita:

- Planejar respostas preventivas e focalizar ações em regiões críticas
- Articular informações com outros sistemas, como o de Justiça, para confirmar hipóteses sobre o funcionamento e cobertura dos serviços no território



5. Perfil das mulheres em risco

Mulheres entre 30 e 49 anos representam **49,5%** dos atendimentos, e quase 25% têm até 29 anos, evidenciando a necessidade de atenção à violência física também entre as mais jovens. Nos CIAMs, o atendimento inicia aos 18 anos, enquanto o CEAM Márcia Lyra atende a partir dos 12.

A análise conjunta com dados de vínculo laboral permite avaliar o impacto da violência na saúde, na vida produtiva e no risco de dependência financeira do agressor.



O perfil observado mostra que a maioria é parda (34,4%) ou preta (20,3%), com baixa escolaridade e inserção limitada no mercado de trabalho, ampliando a vulnerabilidade.

O cruzamento desses fatores contribui para:

- Direcionar políticas públicas e ações específicas a grupos mais expostos
- Integrar estratégias de prevenção que considerem a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e idade

6. Qualificação das equipes para lidar com a violência física

A diversidade de atendimentos especializados (psicológico, social e jurídico) exige integração e foco na detecção precoce da violência física e seus agravantes. Muitas mulheres não identificam ou nomeiam a violência sofrida como física, o que demanda escuta qualificada e sensível.



Detecção

Detectar e agir diante da violência física, mesmo quando minimizada pela vítima



Ferramentas

Ampliar o uso de ferramentas de rastreamento do ciclo da violência e do risco de feminicídio



7. Melhoria contínua da informação para rastrear a violência física

A ausência de informações detalhadas sobre vínculo laboral e outros aspectos reduz a capacidade de identificar condições que agravam a exposição à violência. O aprimoramento dos registros sobre tipo de agressão, reincidência, autor e território do fato fortalece sistemas de alerta precoce e protocolos de mitigação.

O sistema de dados monitorado pelos três Centros Especializados é fundamental para rastrear a violência física como alerta central na prevenção ao feminicídio, possibilitando:

Detecção rápida

Detecção rápida de casos com potencial letalidade

Ação preventiva

Ação preventiva com medidas protetivas e articulação intersetorial

Planejamento territorial

Planejamento territorial em regiões de maior reincidência

Metodologias específicas

Desenvolvimento de metodologias de incidência específicas à realidade regional

Atendimento qualificado

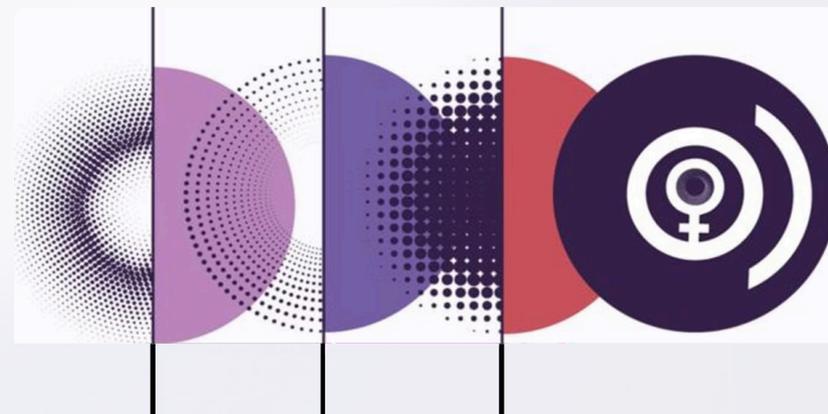
Atendimento qualificado, com escuta sensível à escalada da violência

Estratégias comunitárias

Aproximação com a sociedade civil e a população local para implementar estratégias comunitárias de prevenção à violência

Fonte

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Mulher.
Centros Especializados de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro Dados
Ano de 2024. Reunião GT OFRJ, 2025.



SÍNTESE DOS DADOS

Monitoramento dos Dados dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro (ano de referência: 2024)

Esta Nota Técnica tem por objetivo apresentar e analisar os dados consolidados dos atendimentos realizados pelos Centros Especializados de Atendimento à Mulher, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro (SEM), durante o ano de 2024.

A análise contempla o volume de atendimentos, os tipos de serviços especializados oferecidos e o perfil sociodemográfico das mulheres atendidas nos três equipamentos estaduais: [CIAM Márcia Lyra \(Centro/RJ\)](#), [CEAM Queimados](#) e [CIAM Baixada \(Nova Iguaçu\)](#).

Os dados apresentados são provenientes dos registros administrativos realizados pelos três centros estaduais e dizem respeito:

- Ao total de atendimentos (primeiros e retornos);
- Aos atendimentos especializados (jurídico, psicológico e social);
- Ao perfil sociodemográfico das mulheres atendidas no primeiro atendimento.

Principais Resultados

1. Volume de Atendimentos

5.013

Total de atendimentos

Nos 3 centros especializados

418

Média mensal

De atendimentos realizados

Média por centro:

CEAM Queimados

1.772 (média mensal de 148)

CIAM Márcia Lyra

1.625 (média mensal de 135)

CIAM Baixada

1.616 (média mensal de 135)

📄 Nota: Os retornos representaram a maior parte dos atendimentos. O CEAM Queimados concentrou o maior número de retornos (1.500).

2. Tipos de Atendimento Especializado

Cada centro se destacou por uma ênfase distinta:



CIAM Márcia Lyra

Predominância de atendimentos
sociais (1.080)



CEAM Queimados

Predominância de atendimentos
psicológicos (884)

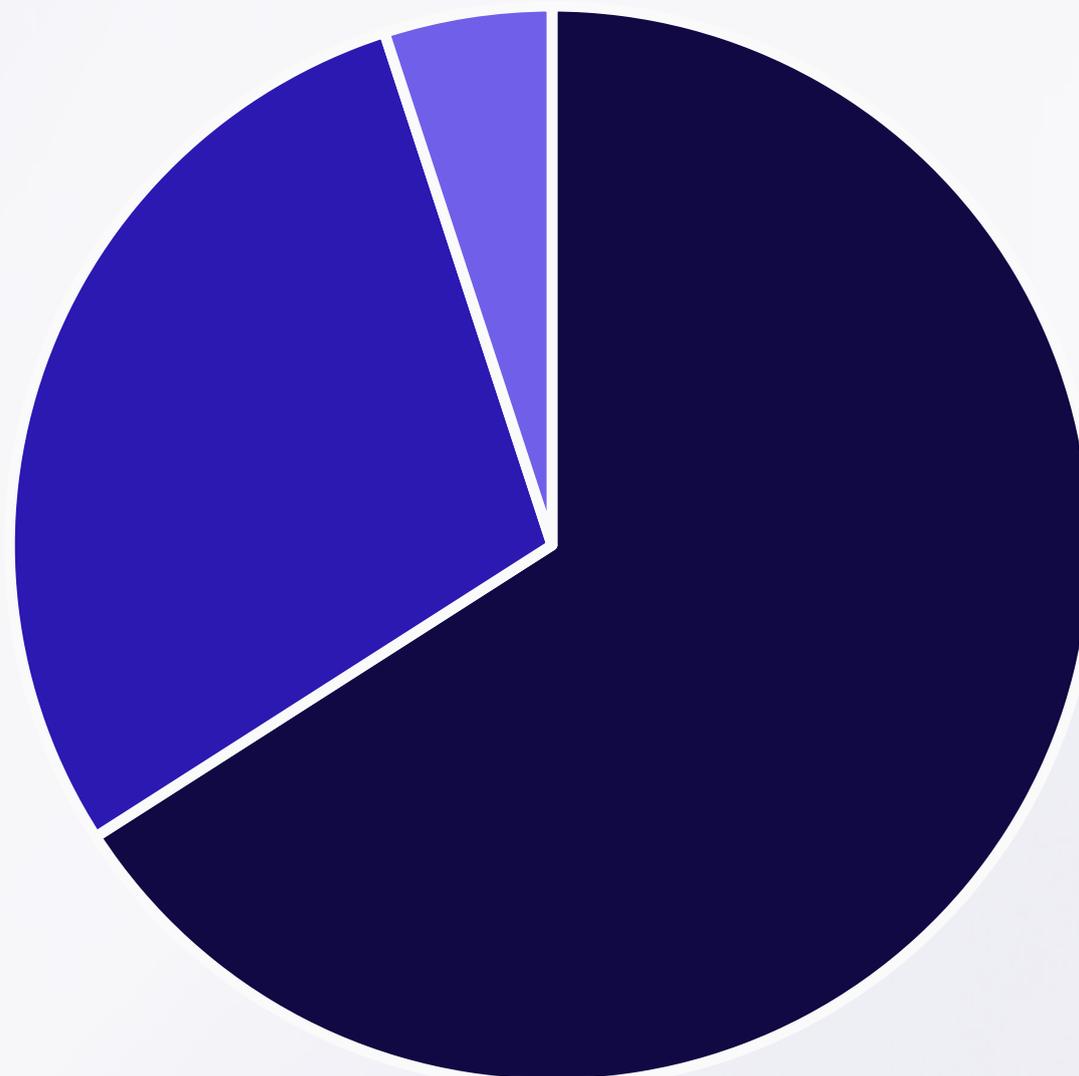


CIAM Baixada

Predominância de atendimentos **jurídicos** (500)



3. Forma de Acesso



■ Encaminhadas por instituições

■ Demanda espontânea

■ Outros

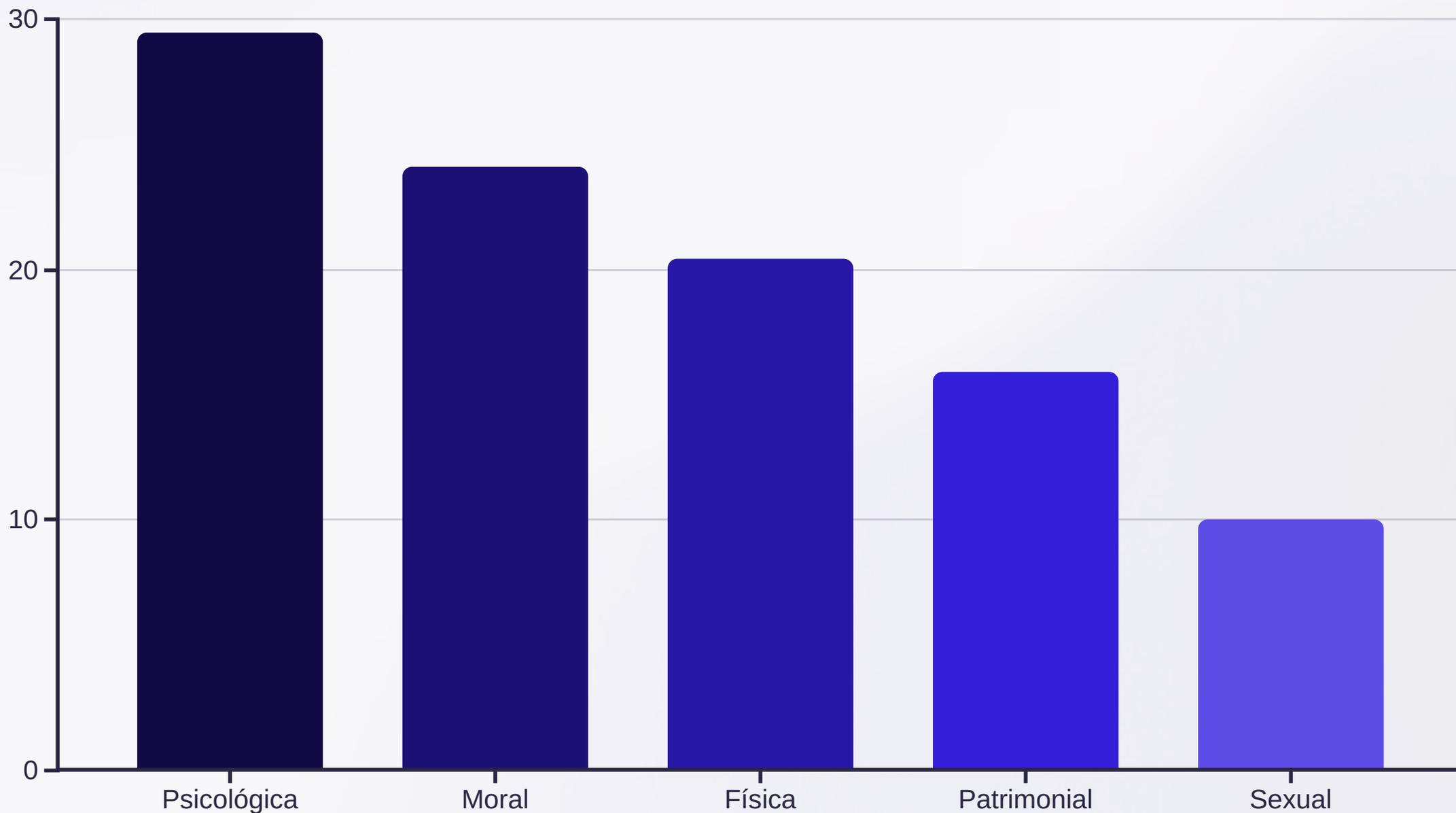
A maior parte das mulheres chegou aos centros por meio de encaminhamentos institucionais (65,9%, com variações entre 63,5% e 69,4%), o que reforça a necessidade de fortalecer a divulgação do serviço para estimular o acesso direto/autônomo.

A demanda espontânea representou apenas 29,1% dos casos atendidos.

4. Tipo de Caso e Natureza da Violência

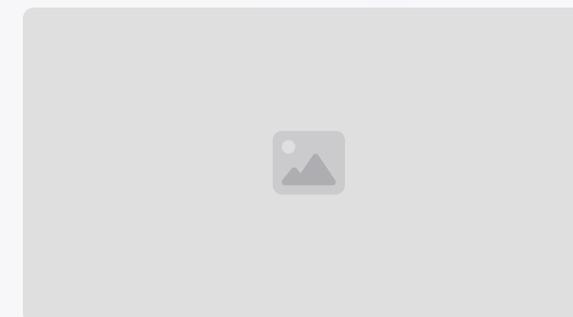
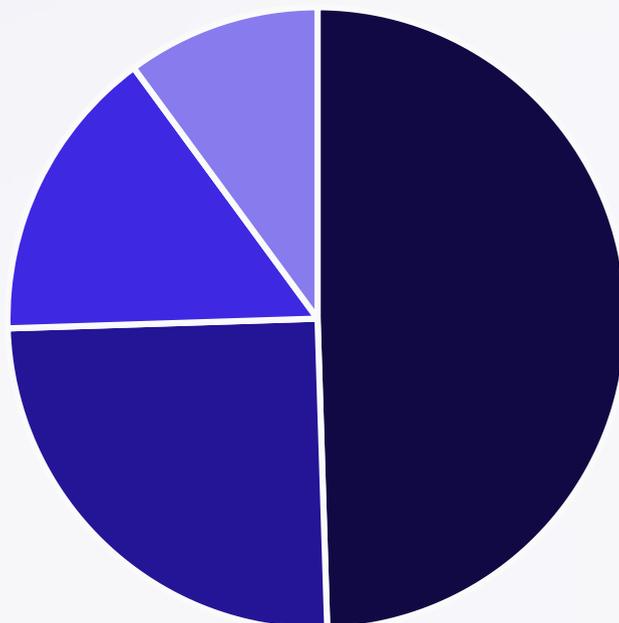
72,1% das mulheres atendidas estavam em situação de violência.

Tipos de violência mais frequentes (relato múltiplo possível):



5. Perfil das Mulheres Atendidas

Faixa Etária



■ 30 a 49 anos ■ Até 29 anos ■ 50 a 59 anos ■ 60 anos ou mais

Cor/Raça

Pardas

34,4%

Branças

24,1%

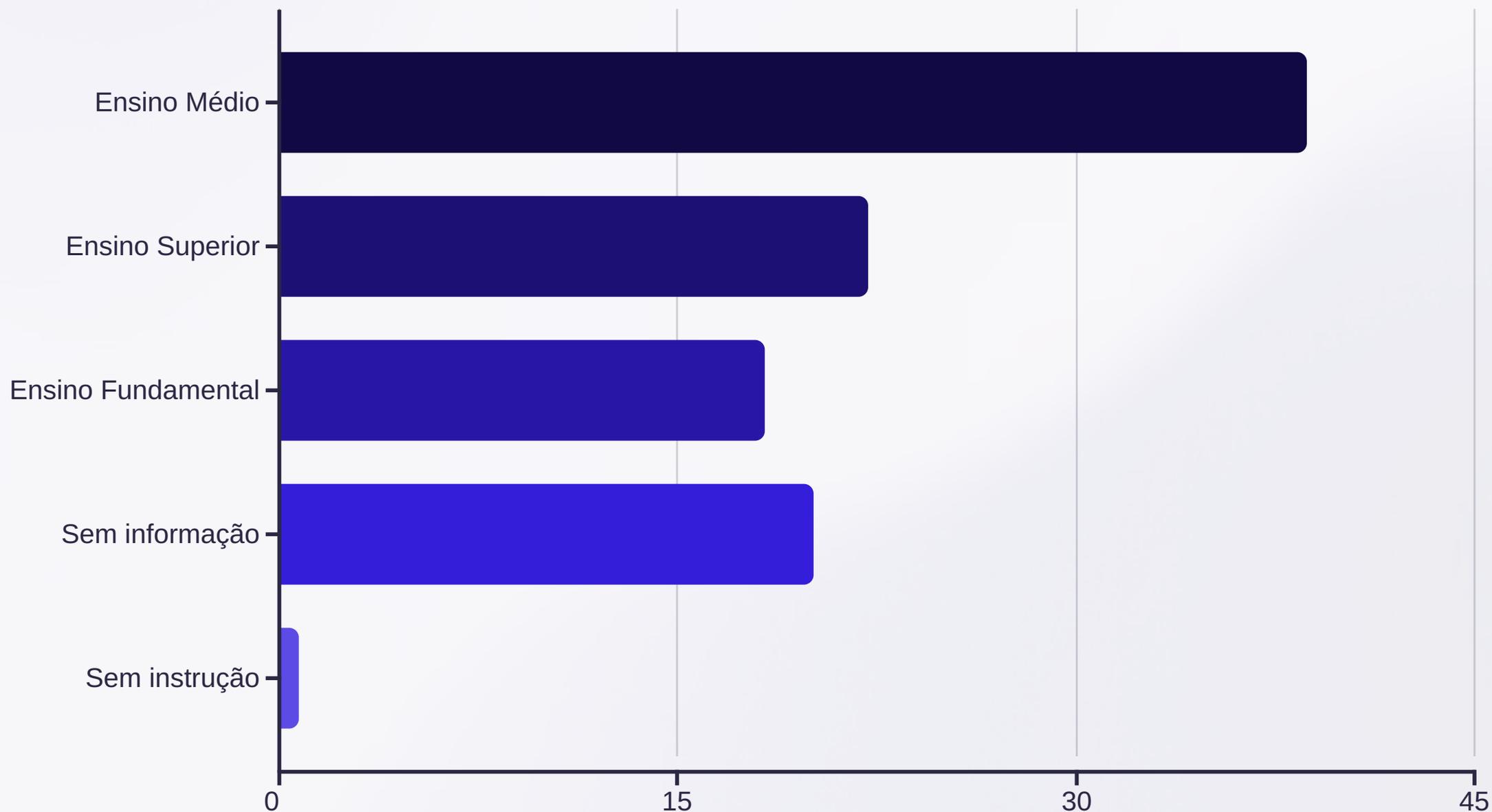
Pretas

20,3%

Amarelas e Indígenas

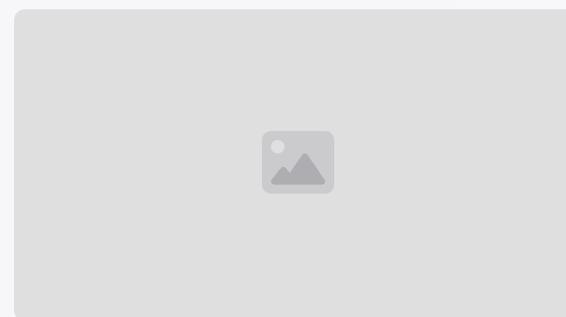
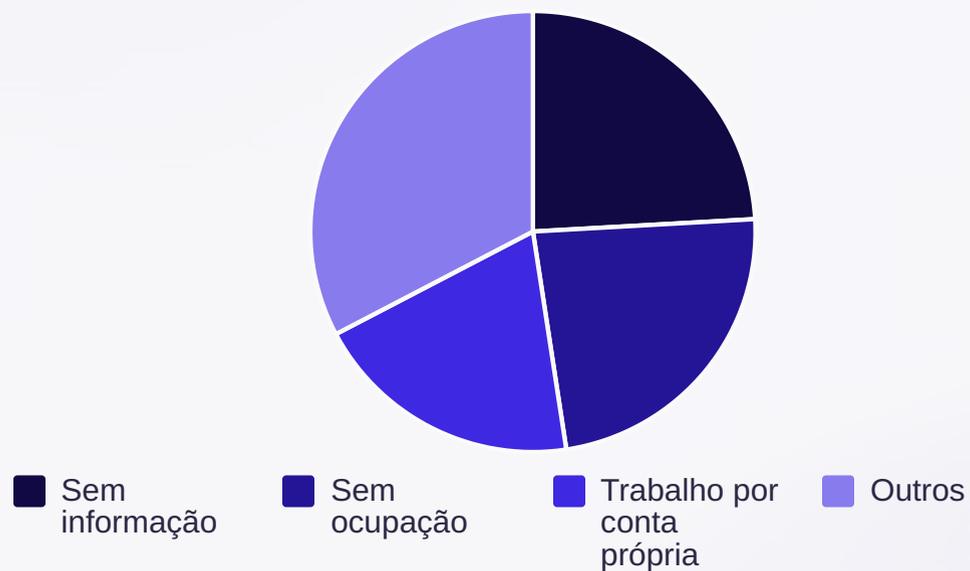
menos de 1% cada

Escolaridade



O nível de escolaridade predominante entre as mulheres atendidas é o Ensino Médio (completo/incompleto) com 38,7%, seguido pelo Ensino Superior (completo/incompleto) com 22,2% e Ensino Fundamental com 18,3%. Menos de 1% das mulheres atendidas não possuem instrução formal.

Vínculo Laboral



A análise do vínculo laboral das mulheres atendidas revela dados preocupantes: **24,1%** dos registros estão sem informação ou em branco, **23,5%** das mulheres estão sem ocupação e **19,7%** trabalham por conta própria, o que pode indicar situações de vulnerabilidade econômica e dependência financeira.